



JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO APRESENTADA PELA EMPRESA VIVEIRO CAMPO LINDO COMÉRCIO DE PLANTAS LTDA

1. DO RELATÓRIO

A Prefeitura Municipal de Vitória publicou edital de Pregão Eletrônico nº. 172/2021, que tem como objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES**, com data de abertura para o dia 28/09/2021.

Após conhecimento do Edital, a empresa **VIVEIRO CAMPO LINDO COMÉRCIO DE PLANTAS LTDA** interpôs impugnação alegando, em síntese, que no edital em epígrafe há disposições que atentam contra os princípios da legalidade, com a ausência da aplicação da legislação específica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (Lei 6.894/1980 / Decreto 4954/2004 / Decreto 8.384/2014) que dispõe sobre o comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes ou biofertilizantes, (Lei 10.711/2003 e Decreto 5.153/2004) especialmente no que tange à inscrição dos licitantes no RENASEM com o registro dos respectivos itens que serão utilizados na licitação, além Certificado de Regularidade – CR da empresa junto ao IBAMA (Normativa IBAMA nº 06 de 15 de março de 2013), Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP do IBAMA.

É o breve relatório.

2. DA TEMPESTIVIDADE E FORMALIDADE

Destacamos que o prazo e a forma correta para interposição da impugnação encontram-se arregimentados no item 08 do instrumento convocatório, tendo a empresa atendido as exigências elencadas no Edital.

3. DA ANÁLISE DO MÉRITO E FUNDAMENTAÇÃO

A impugnante alega que o edital não exigiu que o licitante apresente as certificações e registros com base na legislação específica para executar o objeto licitado, a saber: **SIPEAGREGO - DFIA/DAS**, onde cita o art. 4º da Lei n. 6.894/1980 e o art. 5º do Decreto 4.954/2004, que determinam o seguinte, respectivamente:



LEI Nº 6.894, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1980.

Art. 4º *As pessoas físicas ou jurídicas que produzam ou **comercializem fertilizantes**, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, remineralizadores e substratos para plantas são obrigadas a promover o seu registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme dispuser o regulamento. (Redação dada pela Lei nº 12890, de 2013) (grifamos)*

DECRETO Nº 4.954, DE 14 DE JANEIRO DE 2004.

Art. 5º *Os estabelecimentos que produzem, **comercializam**, exportam ou importam fertilizantes, corretivos, inoculantes, biofertilizantes, remineralizadores e substratos para plantas ficam obrigados a se registrar no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (Redação dada pelo Decreto nº 8.384, de 2014)*

A impugnante sugere, ainda, a inclusão no edital de que os licitantes apresentem o Registro Nacional de Sementes e Muda (**RENASEM**) com base no artigo 8º da Lei n. 10.711/2003, que expressa:

Art. 8º *As pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades de produção, beneficiamento, embalagem, armazenamento, análise, **comércio**, importação e exportação de sementes e mudas ficam obrigadas à inscrição no Renasem.*

Acrescenta, ainda, que “aquele que pratica qualquer dessas atividades, sem a devida inscrição, pratica uma atividade não legalizada, ou seja, o produto oferecido é um produto à margem da lei uma vez que não possui registro no MAPA.”

Pois bem, a Constituição Federal, ao dispor sobre licitações públicas, estabelece em seu Art. 37, XXI, que somente poderão ser exigidas qualificações técnicas indispensáveis ao cumprimento das obrigações contratuais, devendo ser evitados formalismos e requisitos desnecessários, de modo a não restringir a competitividade do certame licitatório, senão vejamos:



Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

*XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.** (grifamos)*

Na mesma toada, a Lei Federal nº 8.666/93, veda aos agentes públicos atos tendentes a restringir ou frustrar o caráter competitivo do certame, consoante disposição contida no Art. 3º do referido ato normativo:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

*I - **admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo,** inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da*



naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991. (grifo nosso).

No que tange às exigências relativas à qualificação técnica, o Art. 30 da Lei nº 8.666/93 estabelece um rol taxativo de documentos que poderá ser exigido dos licitantes. O dispositivo legal determina que:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente



reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 4º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

§ 8º No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.



§ 9º Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.

§ 10. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-operacional de que trata o inciso I do § 1º deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.

Compete, portanto, à Administração indicar no Instrumento Convocatório as exigências de qualificação técnica, devendo tão somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais.

Desta forma, com intuito de compatibilizar a segurança da Administração na execução contratual e a ampla participação dos licitantes, bem como assegurar a economicidade da contratação e garantir o tratamento isonômico, devem-se restringir as exigências de qualificação técnica, aquilo que for estritamente necessário e inserir nas obrigações da contratada os demais requisitos desejáveis que não puderam ser demandados na fase habilitatória.

Neste aspecto, com objetivo de fiscalizar os demais requisitos desejáveis inseridos nas obrigações da contratada, a Administração possui o instrumento da gestão e a fiscalização do contrato, pois possibilitam um maior controle da atuação da contratada, inclusive, a comprovação do cumprimento das legislações específicas, sob pena de aplicação de sanções administrativas e, eventualmente, a rescisão contratual.

Cabe ressaltar, ainda, que as regras expostas no Projeto Básico estão amplamente amparadas na Lei e de fácil acesso a todos, sem omissão de direitos e principalmente deveres daqueles que se propuserem a participar do certame e virem a prestar os serviços para o Município de Vitória.



É imperioso destacar, ainda, que o Edital e seus anexos estabelece a obrigatoriedade de atendimento de todas as normas, diretrizes e legislação ambiental, sanitária e trabalhista, vigentes no âmbito municipal, estadual ou federal, mantendo em dia todas as licenças pertinentes a instalação da empresa e a execução dos respectivos serviços.

O fato é que, a não exigência dos registros sugeridos pela impugnante, não exime a empresa que irá prestar os serviços das respectivas responsabilidades ambientais, conforme se infere do subitem 21.5 do Projeto Básico:

21.5. Respeitar a legislação vigente e observar as boas práticas técnica e ambientalmente recomendadas, quando da realização de atividades com produtos químicos controlados, nas áreas escopo dos trabalhos; quer seja em qualidade, em quantidade ou em destinação; atividades essas da inteira responsabilidade da CONTRATADA, que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.

No que cerne alegação da impugnante da exigência de apresentação de ***“Prova de inscrição no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – ou comprovante de que a licitante não está obrigada a se inscrever no referido cadastro, Certificado de Regularidade – CR da empresa junto ao IBAMA (Normativa IBAMA nº 06 de 15 de março de 2013), Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP”***, razão não lhe assiste. Explico:

Inicialmente, cumpre trazer à baila as disposições contidas no site do IBAMA, no qual constatamos que não há obrigatoriedade em exigir tais certificados e/ou registro nesta licitação. Vejamos:

Orientações sobre a obrigatoriedade do CTF/APP para participação em licitações públicas

Publicado: Segunda, 03 de Dezembro de 2018, 16h07 | Última atualização em Segunda, 03 de Dezembro de 2018, 16h07

*Brasília (03/12/2018) - **O Ibama orienta gestores responsáveis por licitações públicas a consultar as Fichas Técnicas de Enquadramento no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) no***



site do Instituto antes de exigir comprovação de inscrição dos fornecedores. Essa conduta evita que imposições não previstas em lei sejam incorporadas ao processo.

É necessário verificar se o fornecedor é fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou consumidor de recursos ambientais.

No caso dos fabricantes, devem ser consultadas as Fichas Técnicas relacionadas à Indústria (categorias 2 a 16).

Se os fornecedores forem distribuidores, devem ser consultadas as Fichas Técnicas da categoria 18 (Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio), principalmente as descrições sobre Depósitos, e da categoria 21.

Caso sejam importadores, devem ser verificadas as categorias 18, principalmente as descrições referentes a Comércio, e a Categoria 21.

As atividades consumidoras de recursos naturais obrigadas à inscrição no CTF/APP são a de uso industrial de madeira (21-48) e a de utilização de gases controlados pelo Protocolo de Montreal em processos industriais (21-3).

Atividades e produtos não relacionados no campo "Essa descrição Compreende" não são obrigados a estar inscritos no CTF/APP. Quando elencados no campo "Essa descrição Não Compreende", sem remessa para outra Ficha Técnica, também não há obrigatoriedade de inscrição no cadastro.

A Ficha Técnica, documento assinado eletronicamente pela Presidente do Ibama, comprova a obrigação ou dispensa de inscrição no CTF/APP, conforme disposto no art. 41-A da Instrução Normativa Ibama nº 6/2013, alterada pela IN nº 11, de 2018. (<http://ibama.gov.br/notas/1785-orientacoes-sobre-a-obrigatoriedade-do-ctf-app-para-participacao-em-licitacoes-publicas>)

Ademais, cumpre asseverar que a ANVISA emitiu uma nota proibindo a prática da capina química em área urbana, ou seja, não é permitido o uso de nenhum tipo de agrotóxico (herbicida) nessas áreas, portanto, afasta ainda mais a ideia de que os serviços a serem



contratados somente poderão ser prestados por empresas que desempenham atividades altamente poluidoras ou que utilizem matéria prima danosa ao meio ambiente.

Seguem trechos da Nota emitida pela ANVISA:

“Nota Sobre o Uso de Agrotóxicos Em Área Urbana

Preocupada com a difusão da prática não autorizada de uso de agrotóxicos (herbicidas) para o controle de plantas daninhas em áreas urbanas especialmente em praças, jardins públicos, canteiros, ruas e calçadas, em condições não controladas pelos órgãos públicos competentes, esta Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) submeteu à consideração da população, mediante a publicação da Consulta Pública nº. 46/2006, proposta de Resolução de sua Diretoria Colegiada para regular a prática da capina química por empresas de jardinagem profissional, nos termos previstos no Decreto nº. 4.074/2002. [...]

Os produtos que visam alterar a composição da fauna ou da flora, com a finalidade de preservá-las da ação de seres vivos considerados nocivos, são definidos nos termos da legislação vigente (Lei nº. 7.802/89) como produtos agrotóxicos, tanto quando se destinam ao uso rural ou urbano.

São produtos essencialmente perigosos e sua utilização, mesmo no meio rural, deve ser feita sob condições de intenso controle, não apenas por ocasião da aplicação, mas também com o isolamento da área na qual foi aplicado.

No processo de consulta pública ficou evidenciado que não seria possível aplicar medidas que garantissem condições ideais de segurança para uso de agrotóxicos em ambiente urbano. Por esse motivo a Diretoria Colegiada da ANVISA decidiu arquivar a Consulta Pública nº. 46/2006, afastando a possibilidade de regulamentação de tal prática.



Justificam tal conclusão, entre outras, as seguintes condições:

1. Durante a aplicação de um produto agrotóxico, se faz necessário que o trabalhador que venha a ter contato com o produto, utilize equipamentos de proteção individual. Em áreas urbanas outras pessoas como moradores e transeuntes poderão ter contato com o agrotóxico, sem que estejam com os equipamentos de proteção e sendo impossível determinar-se às pessoas que circulem por determinada área que vistam roupas impermeáveis, máscaras, botas e outros equipamentos de proteção.

[...]

5. Por mais que se exija na jardinagem profissional o uso de agrotóxicos com classificação toxicológica mais branda, tal fato não afasta o risco sanitário inerente à natureza de tais produtos.

Por oportuno, importa ainda observar que há, no mercado, produtos agrotóxicos registrados pelo Instituto Nacional do meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) identificados pela sigla “NA” como agrotóxicos de uso Não-Agrícola. No entanto, essa identificação, ao contrário do que possa parecer á primeira vista, não significa a autorização da utilização de tais produtos em área urbana. Os produtos registrados pelo IBAMA apenas podem ser aplicados em florestas nativas, em ambientes hídricos (quando assim constar no rótulo) e outros ecossistemas (além de vias férreas e sob linhas de transmissão).

Dessa forma, a prática da capina química em área urbana não está autorizada pela ANVISA ou por qualquer outro órgão, não havendo nenhum produto agrotóxico registrado para tal finalidade. “

*Brasília, 15 de janeiro de 2010.
Diretoria Colegiada da ANVISA*



Neste sentido, o instrumento convocatório estabelece no subitem 23.7.1 do Edital, que o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF) é o responsável pela orientação e fiscalização dessas medidas proibitivas, devendo a empresa prestadora do serviço ter a assistência de responsável técnico habilitado:

23.7. TRATAMENTO FITOSSANITÁRIO

23.7.1. O tratamento fitossanitário é uma atividade essencial à manutenção das áreas verdes, pois o controle de pragas (cupins, lagartas, cochonilhas, formigas, etc.) e doenças visa resguardar as plantas para o seu bom desenvolvimento. O tratamento realizado em plantas ornamentais e na arborização de ruas e avenidas de intenso fluxo de veículos poderá ser efetuado aos domingos, feriados e eventualmente em horário noturno em dias normais, conforme determinação da SEMMAM. Os serviços especificados deverão ser realizados por jardineiros (agentes controladores) capacitados e por um profissional habilitado para acompanhamento das atividades. Atendendo a legislação pertinente.

Em 2003, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), proibiu o uso de herbicidas na área urbana, Lei nº 6288/02. Uma resolução do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, proíbe a aplicação de qualquer tipo de herbicida ou veneno em áreas urbanas. O IDAF é o órgão responsável pela orientação e fiscalização dessas medidas proibitivas. IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal, exige o cadastramento do técnico responsável, mediante Lei Estadual nº 6.469 de 11 de dezembro de 2000. O técnico responsável é um Engenheiro Agrônomo. Devido a essas proibições, a Prefeitura de Vitória, é obrigada a usar produtos liberados pelo IDAF, produtos esses domiciliares, no combate a pragas e doenças. Devido a essas exigências o serviço de tratamento fitossanitário não é considerado de natureza complexa, pois os produtos podem ser aplicados por qualquer pessoa, desde que treinada para este serviço, apenas é necessário a supervisão de um engenheiro agrônomo, o



qual vai ser o responsável pela indicação de produtos e quantidades a serem aplicadas, assim como o modo de aplicação. (grifamos)

Desta forma, os serviços a serem executados não são exclusivos de empresas que tenham inscrição no CTF/APP, portanto, esta exigência também restringiria a participação de empresas capazes de prestar tais serviços.

Por fim, no que tange alegação da Impugnante de que “todas as mudas de plantas, insumos, serviços e movimentação de resíduos, devem ser provenientes de licitantes que possuem inscrições no RENASEM, SIPEAGRO, IBAMA, CREA e etc.”

Esclarecemos que a presente licitação não é de aquisição, mas sim de uma prestação de serviços que, dentre diversas atividades a serem executadas, está a aquisição por parte dos licitantes, dos insumos que deverão ser utilizados, portanto, não cabe à Prefeitura exigir tais inscrições, mas sim a de fiscalizar se os produtos/serviços estão de dentro das normas vigentes no Município de Vitória.

Por fim, considerando que os pontos aqui impugnados versam, predominantemente, sobre questões de cunho técnico, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, órgão técnico responsável pela presente contratação, se manifestou nos seguintes termos:

Em atendimento à solicitação de impugnação feito pela empresa VIVEIRO CAMPO LINDO COMÉRCIO DE PLANTAS LTDA.

Todos os insumos solicitados na presente licitação devem ter o devido registro no MAPA e o SIF tais como: adubos, condicionador de solo, sacolinhas para muda entre outros.

Sendo assim informamos que para a execução dos serviços a licitando não necessitava de tais registros, apenas os insumos que serão entregues conforme projeto básico.

Vitória, 14 de julho de 2021.

Ronaldo Nascimento Simões
Tec. Agrícola – SEMMAM/GAV/CAP
Mat.-599122



Desta feita, nos termos da fundamentação delineada, não há que se falar em violação aos princípios da licitação, estando a previsão de qualificação técnica do Edital de acordo com o ordenamento jurídico e jurisprudencial.

4. DA CONCLUSÃO

A presente impugnação foi conhecida por sua tempestividade e formalidade, porém, na análise do mérito foi julgada improcedente, sendo-lhe **NEGADO O PROVIMENTO**.

Em 14 de setembro de 2021.

Karina Adelina Schwartz
Pregoeira Municipal